

Marcelo Navarro Ribeiro Dantas

Princípio do Promotor Natural

(Comentários ao Acórdão do STF proferido no RE 387974-DF, novembro/2003)

Ensaio recomendado para concursos públicos

963(81)

2p

STJ00054047

I Ç Õ E S

PODIVM



Marcelo Navarro Ribeiro Dantas

- Desembargador Federal (Tribunal Regional Federal da 5.^a Região);
- Mestre e Doutor em Direito pela PUC/SP;
- Professor de Teoria Geral do Processo;
- Professor da Pós-Graduação em Direito Processual Civil das Faculdades Jorge Amado - Curso JusPODIVM.

ERRATA

Caro adquirente:
Em razão de falha na diagramação, onde se
le "3/4" entenda-se "4" (travessão).
Grata pela compreensão,

EDIÇÕES JUSPODIVM

E D I Ç Õ E S

 **JUS
PODIVM**

1^a Edição - 2004
Salvador - Bahia - Brasil

DOAÇÃO

SUMÁRIO

1. Introdução	5
2. Síntese do julgado no RE 387974	5
3. A jurisprudência do STF sobre o princípio do promotor natural	10
4. Considerações doutrinárias sobre o promotor natural	26
5. A estrutura constitucional do Ministério Público brasileiro em face de alguns congêneres de outros Países	36
6. Normas positivas que consagram o princípio do promotor natural no Brasil .	44
7. Outras considerações	53
8. Conclusão	56
9. Bibliografia	58